



# SIMPEX

CNPJ Nº 07.734.631/0001-83

Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos, Coletora de Resíduos de Serviços de Saúde e de Resíduos Industriais.

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO DA  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IJUÍ- RS.**

**Editais de Pregão Presencial n. 47/2019  
PROCESSO Nº 516/2020**

**SIMPEX - SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO  
FINAL DE RESÍDUOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 07.734.631/0001-83, com  
sede à Avenida Independência, nº 23, em Palmeira das Missões – RS, neste ato  
representada por seu sócio proprietário Sr. **JOÃO MANOEL DA SILVA NETO**,  
brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 019.745.330-93, residente e  
domiciliado na cidade de Palmeira das Missões – RS, vem, respeitosamente, à  
presença de V. Senhoria, tempestivamente, apresentar **CONTRARRAZÕES AO  
RECURSO ADMINISTRATIVO APRESENTADO PELA EMPRESA CRVR LTDA.**,  
o que faz pelos fatos e sob os fundamentos que passa a expor nas anexas razões.

Em síntese as empresas CRVR Ltda. e SIMPEX Ltda. participaram  
do Pregão Presencial n. 47/2019, o qual a empresa Simplex foi declarada  
vencedora, conforme Ata nº 01/2020. Entretanto, a empresa concorrente  
manifestou interesse em apresentar recurso contra a habilitação da empresa  
Simplex sob as seguintes alegações:

*5.2.1 Inicialmente será realizado o credenciamento dos representantes dos licitantes, mediante a  
apresentação dos seguintes documentos, fora dos envelopes contendo a proposta comercial e os  
documentos de habilitação:*

- b) Em se tratando do representante constituído: instrumento público ou particular, pelo qual o  
licitante tenha lhe outorgado poderes para representá-lo em todos os atos do certame,  
conforme modelo constante do Anexo I deste edital, além do documento original ou cópia  
autenticada do registro comercial, no caso de empresário individual; contrato ou estatuto  
social em vigor do licitante, no caso de sociedades empresárias, onde conste a indicação  
de seus sócios ou assemelhados responsáveis pela administração desta, acompanhada da  
ata de eleição da diretoria, em se tratando de sociedade anônima.*

Alega a recorrente que o documento de representação não foi  
apresentado com reconhecimento de firma. Entretanto, no ato da licitação não



# SIMPEX

Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos, Coletora de Resíduos de Serviços de Saúde e de Resíduos Industriais. CNPJ Nº 07.734.631/0001-83

houve qualquer impugnação do representante da empresa CRVR quanto ao credenciamento da empresa Simpex!

Ressalta-se que no edital e no modelo previsto no anexo I (abaixo) não há exigência de reconhecimento de firma no documento de credenciamento, logo, a empresa Simpex atendeu o exigido no item 5.2.1, "b".

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2020  
PROCESSO Nº 516/2020  
ANEXO I

## INSTRUMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE

Pelo presente instrumento de credenciamento [<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO LICITANTE>], CNPJ nº [<Nº DO CNPJ DO LICITANTE>], com sede na [<ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO, BAIRRO, MUNICÍPIO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E CEP)>], através de seu representante legal, [<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>], RG nº [<Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>] infra-assinado, credencia [<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO REPRESENTANTE CREDENCIADO>], RG nº [<Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE CREDENCIADO>], outorgando-lhe plenos poderes para representá-lo na sessão pública da licitação em epígrafe, em especial para formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

[<LOCAL>], [<DATA>].

[<ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]  
[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]  
[<CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]

### 8.1.4 A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consistirá em:

d) Declaração de capacidade técnico-operacional da empresa e indicação do Responsável Técnico, conforme modelo disponível no Anexo VI deste Edital. O profissional indicado deverá atender os seguintes requisitos:

A declaração exigida no item em apreço foi devidamente apresentada, bastando uma simples olhada na documentação para se comprovar o alegado, assim sendo o item 8.1.4, "d" foi atendido.



# SIMPEX

*Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos, Coletora de Resíduos de Serviços de Saúde e de Resíduos Industriais.*

CNPJ Nº 07.734.631/0001-83

d.3) Comprovar ser detentor de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando responsabilidade técnica pela execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos de no mínimo 01 (um) ano com o objeto da presente licitação (Destinação Final de RSU). O atestado apresentado deverá estar registrado na entidade profissional competente, comprovado mediante a apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT ou documento equivalente, do profissional;

Em resumo, a recorrente CRVR afirma que a empresa Simpex apresentou dois atestados, alegando que há divergências nos atestados apresentados, bem como impugnou o fato de ter sido emitido há mais de 07 anos.

Reza o artigo 30, inciso II:

“A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:  
(...)

II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, ...”

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.”

Bem versou o citado § 5º que será vedada a exigência de comprovação de atividade “com limitações de tempo ou de época” ou ainda quaisquer outras não previstas nesta Lei. Portanto, a exigência do Edital não pode impor restrição ao prazo em que foi emitido o Atestado, muito menos obrigar que o Atestado tenha sido emitido em época específica. **O Atestado não possui “prazo de validade”; ele é perene, perpétuo.** A experiência adquirida pelo licitante não desaparece com o tempo; a partir do momento em que é expedido o atestado, consolidou-se a prova incontestada da aptidão técnica do licitante. *Seria um absurdo dizer que Oscar Niemeyer não possui experiência pelo simples fato de que Brasília foi projetada na década de 50.*

Ademais, importa trazer a baila que a empresa Simpex, bem como o profissional responsável-técnico, sempre segue todas as orientações encaminhadas pelo Setor de Atestado Técnico para a realização do registro e acervo do atestado técnico, pois é o órgão competente para **verificar, orientar e fiscalizar** os exercícios profissionais, dos ofícios que são abrangidos pelo sistema CONFEA/CREA.



# SIMPEX

*Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos, Coletora de Resíduos de Serviços de Saúde e de Resíduos Industriais.*

CNPJ Nº 07.734.631/0001-83

Portanto, se há alguma divergência em algum atestado apresentado, NÃO é responsabilidade da empresa Simpex, e sim do CREA, pois é o órgão responsável em emitir tal documento.

Ademais a empresa Simpex apresentou **QUATRO ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA** com as respectivas CAT's, ao contrário do alegado pela recorrente de que teria sido apresentado dois, pois "esqueceu" de citar os **atestados dos municípios de Carazinho e Palmeira das Missões**, os quais são suficientes para atender a exigência do item 8.1.4, d3.

Importa dizer que a Administração Pública costuma exigir do licitante a comprovação de que já executou o objeto que está sendo licitado para que haja a certeza de que o vencedor do certame terá as condições técnicas necessárias para cumprir o objeto. Para tanto, o licitante deve apresentar atestados que podem, inclusive, ser somados com o fito de aumentar a competitividade do certame.

Nesse sentido, a Lei nº 8.666/1993 estabelece:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

[...]

§1º comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I – capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, **limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.**

[...]



# SIMPEX

CNPJ Nº 07.734.631/0001-83  
*Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos, Coletora de Resíduos de Serviços de Saúde e de Resíduos Industriais.*

A exigência de quantidade mínima de atestados para comprovar fato único, bem como a exigência de comprovação de capacidades independentes em um único documento não é admissível à luz dos princípios norteadores da licitação pública, conforme estabelecido no art. 3º, caput, e § 1º, I, da Lei nº 8.666/93.

Portanto, a restrição à quantidade de contratos admitidos para fins de comprovação da experiência prévia em nada aproveita à Administração. É irrelevante, para os fins legais, ter o licitante executado determinado conjunto de serviços ou obras em contratos diferentes, ou no mesmo contrato, pois em ambos os casos estaria demonstrada sua capacidade para executar os serviços licitados.

Em relação a esse tema, o Tribunal tem firmado jurisprudência no sentido de vedar a imposição de limites ou de quantidade certa de atestados ou certidões para fins de comprovação de qualificação técnica, salvo se a natureza da obra ou do serviço assim o exigir. Nesse caso, a pertinência e a necessidade devem estar justificadas em estudos técnicos constantes dos autos do processo (Acórdãos 1.120/2010 – TCU – Plenário, 1.593/2010 – TCU – 2ª Câmara, 1.921/2010 – TCU – Plenário, 597/2008 – TCU – Plenário, 2.882/2008 – TCU – Plenário, 3.638/2008 – TCU – 2ª Câmara, 2.462/2007 – TCU – Plenário, e 571/2006 – TCU – 2ª Câmara)."

Sobre o tema, a jurisprudência do E. Tribunal de Contas da União assegura o somatório de atestados nos seguintes termos, in verbis:

*"Auditoria do TCU tratou das obras de microdrenagem, execução da rede coletora de esgoto e urbanização da bacia da Criminosa, bem como construção da estação de tratamento de esgotos, no bairro Nova Marabá, no município de Marabá/PA. Na fiscalização, foi verificada, dentre outras irregularidades, a potencial restrição à competitividade, decorrente de critérios inadequados de habilitação e julgamento na Concorrência 5/2011-CPL/PMM, que teve por objeto um conjunto de obras e serviços ligados à engenharia. Para o relator, "a restrição ao caráter competitivo da licitação foi caracterizada pela proibição do somatório de atestados de capacidade técnica", sendo que, para ele, "a explicação para a proibição do somatório de atestados de capacidade técnica não foi convincente". Em circunstâncias semelhantes, ainda conforme o relator, o Tribunal tem determinado que "a comprovação de capacidade técnica seja feita mediante o somatório de atestados, sempre que não houver motivo para justificar a*



# SIMPEX

*Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos, Coletora de Resíduos de Serviços de Saúde e de Resíduos Industriais.*

CNPJ Nº 07.734.631/0001-83

*exigência de atestado único". O Tribunal, então, com suporte no voto do relator, decidiu pela audiência dos responsáveis por esta e pelas outras irregularidades. Precedentes citados: Acórdãos nº 1.237/2008, 2.150/2008 e 2.882/2008, todos do Plenário". Acórdão n.º 1231/2012-Plenário, TC 002.393/2012-3, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 23.5.2012.*

Auditoria realizada nas obras de construção do sistema de esgotamento sanitário do município de Parnamirim/RN, custeadas com recursos repassados pelo Ministério das Cidades, apontou indícios de irregularidades na Concorrência n. 001/2008, que resultou na assinatura do Contrato n. 85/2008-Semop/RN com a empresa declarada vencedora CNPJ: 03.447.272/0001-22 CF/DF: 07.676.855/001-74. ST SIA SUL TRECHO 3 LOTES 625/695 Contato: (61) 3233 - 4869 BL "C" SL 122 - BRASILIA-DF CEP 71.200-030 Email: contatoarcalog@gmail.com 8 do certame, no valor de R\$ 81.714.726,01. Entre os indícios de irregularidades apontados, destaquem-se as exigências contidas em edital que vedaram o somatório de atestados para fins de habilitação dos licitantes. Anotou a unidade técnica que o edital de licitação estabeleceu, para efeito de habilitação técnico-operacional, que a capacidade para execução de cada item da obra deveria ser demonstrada "em um único atestado, referente a uma ou mais obras isoladamente, não se aceitando valores resultantes de somatórios e, ainda, que todas as onze exigências, agrupadas nas letras a, b, c e d do item 7.5.1.2, fossem comprovadas em no máximo 03 (três) atestados". Considerou insatisfatórias as razões de justificativos dos responsáveis, no sentido de que tal medida visava simplificar o cumprimento de exigências pelas licitantes e aumentar a participação de empresas. Ressaltou, a esse respeito, que "a possibilidade de apresentar um maior número de atestados permitiria que mais empresas alcançassem os quantitativos exigidos". Ademais, "a jurisprudência deste Tribunal de Contas admite a soma dos quantitativos constantes de mais de um atestado". O relator, por sua vez, anotou que as deliberações do Tribunal têm sido no sentido de que tal vedação é indevida, "nos casos, como o que ora se analisa, em que a aptidão técnica da empresa licitante possa ser satisfatoriamente demonstrada por mais de um atestado". O Tribunal, então, quanto a esse aspecto, decidiu determinar ao Município de Parnamirim/RN que, em futuras licitações para contratação de obras e serviços de engenharia, custeadas com recursos federais, abstenha-se de: "(...) 9.2.2. estipular a necessidade de que a prova da execução anterior de determinados serviços se faça num único atestado, o que potencializa a restrição à competitividade, a não ser que a vedação ao somatório esteja devida e amplamente fundamentada nos autos do procedimento licitatório, em consonância



# SIMPEX

*Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos, Coletora de Resíduos de Serviços de Saúde e de Resíduos Industriais.*

CNPJ Nº 07.734.631/0001-83

com o disposto nos Acórdãos ns. 1636/2007, 2150/2008, 342/2012, todos do Plenário, dentre outros julgados deste Tribunal;”. Precedentes mencionados: Acórdãos nºs 1.678/2006, 1.636/2007, 597/2008, 1.694/2007, 2.150/2008, 342/2012, todos do Plenário. Acórdão n.º 1865/2012-Plenário, TC-015.018/2010-5, rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, 18.7.2012.

## Ato Contínuo:

“Para o fim de comprovação de capacidade técnica deve ser aceito o somatório de atestados, sempre que não houver motivo para justificar a exigência de atestado único. Auditoria do TCU tratou das obras de microdrenagem, execução da rede coletora de esgoto e urbanização da bacia da Criminosa, bem como construção da estação de tratamento de esgotos, no bairro Nova Marabá, no município de Marabá/PA. Na fiscalização, foi verificada, dentre outras irregularidades, a potencial restrição à competitividade, decorrente de critérios inadequados de habilitação e julgamento na Concorrência nº 5/2011 – CPL/PMM, que teve por objeto um conjunto de CNPJ: 03.447.272/0001-22 CF/DF: 07.676.855/001-74. ST SIA SUL TRECHO 3 LOTES 625/695 Contato: (61) 3233 – 4869 BL “C” SL 122 – BRASILIA-DF CEP 71.200-030 Email: contatoarcalog@gmail.com 9 obras e serviços ligados à engenharia. Para o relator, ‘a restrição ao caráter competitivo da licitação foi caracterizada pela proibição do somatório de atestados de capacidade técnica’, sendo que, para ele, ‘a explicação para a proibição do somatório de atestados de capacidade técnica não foi convincente’. Em circunstâncias semelhantes, ainda conforme o relator, o Tribunal tem determinado que ‘a comprovação de capacidade técnica seja feita mediante o somatório de atestados, sempre que não houver motivo para justificar a exigência de atestado único’. O Tribunal, então, com suporte no voto do relator, decidiu pela audiência dos responsáveis por esta e pelas outras irregularidades. (TCU. Acórdão nº 1.231/2012 – Plenário, TC 002.393/2012-3. Rel.: Min. Walton Alencar Rodrigues. DOU 23.5.2012).

Salienta-se que os pontos abaixo arguidos pela empresa CRVR deveriam ter sido questionado e/ou impugnados na fase anterior a sessão pública, logo, o direito a estes questionamentos precluiu.

Em sequência a empresa CRVR manifesta sua “insatisfação” na modalidade adotada pelo Município **“III - DA IMPROPRIEDADE DO EMPREGO**



# SIMPEX

Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos, Coletora de Resíduos de Serviços de Saúde e de Resíduos Industriais. CNPJ Nº 07.734.631/0001-83

## DA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL PARA A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETODO EDITAL"

Em uma simples busca junto a página do **LicitaCon Cidadão** <http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:28::NO::>, percebemos que a inconformidade com a modalidade **não condiz com a realidade** pois a empresa atualmente tem 6 (seis) CONTRATOS vigentes e contratados por meio de **PREGÃO PRESENCIAL!**

### • Contrato 95/2019

Órgão	PM DE BOSSOROCA	Voltar
Licitação		
Objeto	<u>Pregão Presencial 70 / 2019</u>	
Contratado	Contratação de empresa especializada para o recebimento e destinação final (aterro sanitário) de resíduos sólidos domiciliares e comerciais do perímetro urbano e rural do município de Bossoroca/RS	
Assinatura	CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESIDUOS LTDA (03.505.185/0005-08)	
Vigência	17/10/2019	
Prazo	24/10/2019 a 23/10/2020	
Valor Inicial	365 dias	
Valor Atual	67.830,00	
	67.830,00	

### • Contrato 187/2018

Órgão	PM DE CATUÍPE	Voltar
Licitação		
Objeto	<u>Pregão Presencial 18 / 2018</u>	
Contratado	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS RURAIS	





# SIMPEX

Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos, Coletora de Resíduos de Serviços de Saúde e de Resíduos Industriais. CNPJ Nº 07.734.631/0001-83

Assinatura

CRVR-Riograndense Valorização de Resíduos Ltda  
(03.505.185/0005-08)

Vigência

24/08/2018

Prazo

24/08/2018 a 24/08/2019

Valor Inicial

365 dias

Valor Atual

33.600,00

33.600,00

• Contrato 5/2018

Órgão

Voltar

Licitação

PM DE MAÇAMBARÁ

Objeto

Pregão Presencial 6 / 2018

Contratado

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
NO RECEBIMENTO DE RESÍDUO URBANO NA DESTINAÇÃO  
FINAL EM LOCAL LICENCIADO

Assinatura

CRVR RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA  
(03.505.185/0005-08)

Vigência

01/07/2018

Prazo

01/07/2018 a 01/07/2019 Prorrogado para 01/07/2020

Valor Inicial

365 dias + Prorrogação(ões) de 366 dias

Valor Atual

38.700,00

41.662,80

• Contrato 64/2017

Órgão

Voltar

Licitação

PM DE PORTO MAUÁ

Objeto

Pregão Presencial 19 / 2017

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE  
RECEBIMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS



# SIMPEX

Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos, Coletora de Resíduos de Serviços de Saúde e de Resíduos Industriais. CNPJ Nº 07.734.631/0001-83

Contratado

URBANOS ORIUNDOS DA COLETA SELETIVA DO MUNICIPIO DE PORTO MAUÁ

Assinatura

CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA  
(03.505.185/0005-08)

Vigência

14/06/2017

Prazo

14/06/2017 a 14/06/2018 Prorrogado para 10/06/2021

Valor Inicial

365 dias + Prorrogação(ões) de 1092 dias

Valor Atual

2.687,50

2.801,44

• Contrato 67/2018

Órgão

Voltar

Licitação

PM DE PORTO VERA CRUZ

Objeto

Pregão Presencial 23 / 2018

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Recebimento e Destinação Final de Resíduos Sólidos Domiciliares. A quantidade estimada de entrega é de 12 T/mês, está previsto uma (01) entrega/semana. O transporte será feito pelo Município de Porto Ver

Contratado

CRVR-RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESIDUOS LTDA  
(03.505.185/0005-08)

Assinatura

Vigência

24/09/2018

Prazo

24/09/2018 a 24/09/2019 Prorrogado para 24/09/2020

Valor Inicial

365 dias + Prorrogação(ões) de 366 dias

Valor Atual

112,00

117,56

• Contrato 79/2018

Voltar



# SIMPEX

Coleta, Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos, Coletora de Resíduos de Serviços de Saúde e de Resíduos Industriais. CNPJ Nº 07.734.631/0001-83

Órgão	PM DE SANTO CRISTO
Licitação	
Objeto	<u>Pregão Presencial 43 / 2018</u> CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RECEBIMENTO E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, RECICLÁVEIS E NÃO RECICLÁVEIS, RECOLHIDOS NO MUNICÍPIO DE SANTO CRISTO, CONFORME AS NORMAS DA FEPAM, ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO, CONFORME ORÇAMENTO E DESCRIÇÃO
Contratado	CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZACAO DE RESIDUOS LTDA (03.505.185/0005-08)
Assinatura	
Vigência	03/10/2018
Prazo	03/10/2018 a 02/10/2019 Prorrogado para 02/10/2020
Valor Inicial	364 dias + Prorrogação(ões) de 366 dias
Valor Atual	204.600,00 416.137,80

Discorre ainda a empresa recorrente "V - DA AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA E DA FIXAÇÃO DE ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO INCOMPATÍVEIS COM O VALOR DO CONTRATO

As qualificações técnica e econômico-financeira da empresa inserem-se em certa discricionariedade. Por isso que, como garantia, a Constituição exige razoabilidade das exigências, limitando-as àquelas indispensáveis ao cumprimento das obrigações. Isso não significa exigências ralas ou superficiais.

Conforme o Tribunal de Contas da União, "para que se obtenha a proposta mais vantajosa é necessária a especificação do produto ou serviço adequada às reais necessidades da Administração e a formulação de exigências de qualificação técnica e econômico-financeira que não restrinjam a competição e propiciem a obtenção de preços compatíveis com os de mercado, mas que afastem empresas desqualificadas do certame" (Acórdão 1214/2013).

Com efeito, entende a empresa Simpex que a documentação solicitado no Edital referente ao item QUALIFICAÇÃO-ECONOMICO-FINANCEIRA